

-----**ACTA N.º 7/2010**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Março de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos. ---

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor Vereador Victor Martins Santos solicita que lhe seja justificada a falta dada à reunião do dia 8/03/2010, pelo que a Câmara deliberou aceitar a respectiva falta.-----

-----A reunião foi secretariada por Dina Maria da Silva, Assistente Técnica.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que dado não ter estado presente na reunião anterior na qual foi presente o assunto sobre o plano H1N1, lamenta que o mesmo não tenha sido feito em tempo útil, classifica-o de mal elaborado e que o mesmo foi apresentado fora de tempo quando o risco de pandemia é quase inexistente. -----

-----Outro assunto colocado pelo Senhor Vereador diz respeito aos requerimentos dirigidos ao Senhor Presidente no passado mês de Fevereiro onde solicitava uma listagem sobre os acordos de pagamentos estabelecidos entre a Câmara e os fornecedores e também sobre as obras de terraplanagem a Sul da A25, na freguesia da Ratoeira que estão a causar prejuízos a vários habitantes da freguesia. -----

-----Respondendo às questões formuladas pelo Senhor Vereador o Senhor **Presidente da Câmara** disse que o plano sobre a gripe A foi elaborado pela Técnica Alimentar Senhora Eng.<sup>a</sup> Maria do Céu e cuja intenção era dar conhecimento sobre a maneira como esta autarquia soube tratar deste problema. Quanto ao facto do Senhor Vereador achar que o plano está mal elaborado compete à Técnica responsabilizar-se por ele. Foi feita uma reunião de esclarecimento com as autoridades sanitárias e esta autarquia sobre as medidas a tomar contra a gripe, foram implementados em todos os edifícios públicos os princípios de higienização a ter como base, a prevenção na doença. Foram ministradas normas aos funcionários e munícipes e a forma como agir em caso de pandemia. O Senhor Presidente disse, que quanto lhe foi dado saber, neste concelho não houve registo de algum caso de gripe. Mas nunca é demais alertar as pessoas para este perigo. -----

-----Disse que estão a estabelecer acordos com os comerciantes deste concelho de forma a elaborar o factoring para procederem ao pagamento das facturas em dívida.-----

-----Sobre as obras na A25 disse que não há qualquer situação anómala. As terraplanagens que estão a ser feitas destinam-se a futuros centros

empresariais neste concelho, dois dos Parques a serem lançados por este Executivo e outros que serão feitos com dinheiros de particulares. Isto traz investimento para o concelho e conseqüentemente, a criação de postos de trabalho. Acha que estas obras são um estímulo para criar riqueza. E questiona sobre o que fizeram os anteriores executivos no que dizia respeito a obras de loteamentos e infra-estruturas. O Senhor Presidente disse que iria fazer chegar toda a documentação ao Senhor Vereador. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que as considerações feitas pelo Senhor Presidente merecem-lhe respeito, mas o que está em causa são as solicitações por ele feitas, sobre as entidades envolvidas no processo de licenciamento, pois têm-lhe sido feitas queixas, relativamente ao corte de linhas de água, que estão a causar prejuízos a particulares. À pergunta do Senhor Vereador António Silva sobre a identificação das pessoas que tinham feito as queixas, o Senhor Vereador Victor Santos informou que não o iria fazer, pois esse conhecimento era-lhe irrelevante, a não ser, para exercer algum tipo de perseguição política, e reiterava, que não fez qualquer comentário ao mérito das obras, pretendia somente saber as entidades envolvidas e a identificação do processo para o poder consultar. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que não conhece o verbo perseguir e mais referiu, que este Executivo não persegue ninguém. Sobre as questões colocadas pelo Senhor Vereador disse que deu ordens á a Senhora Engenheira Gracinda Pinto para reunir toda a documentação relativa ao processo em causa. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que após reuniões mantidas entre a Câmara e os serviços de saúde, envolvidos na prevenção da doença, foram abordadas as acções de vigilância, as medidas de segurança a adoptar especialmente nos pacientes onde houvesse

suspeição da contracção do vírus e este plano da gripe A foi implementado em Agosto passado, alertando a população sobre os cuidados a ter em caso de doença.-----

-----Sobre as obras que estão a decorrer na Ratoeira o Senhor Vereador referiu que existe a polémica, porque é desta freguesia que o Senhor Vereador é natural. Quanto à construção de infra-estruturas do nó da Ratoeira, as mesmas vieram dar um impulso à freguesia o que é muito positivo porque permite ter acesso à A25 e ter ligações para outras freguesias vizinhas. -----

-----Disse que este Executivo não faz perseguições políticas, pauta-se por dar resposta a toda a gente, independentemente da cor política de cada um. No seu entender, se este problema fosse noutro local e não na freguesia da Ratoeira não se poriam estas questões. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que continuamente tem de levar com estes discursos políticos, quando, tão-somente o que deseja saber é a resposta às questões que foram solicitadas nos requerimentos que endereçou a esta autarquia. Houve queixas de pessoas que se sentem prejudicadas, porque lhes foram cortadas as linhas de água. E frisou que deseja analisar o processo de licenciamento e obter uma resposta por escrito por parte dos serviços competentes.-----

-----Mais referiu que assumia tudo o que dizia e fazia, não compreendendo porém o discurso político que envolvia o assunto. -----

-----Interveio o Senhor **Vereador António Silva** para lamentar a forma como o Senhor Vereador apresenta a situação. Refere que as apresenta com agressividade, batendo na mesa e realçou também a perseguição que é feita pelo Senhor Vereador, contra a freguesia da Ratoeira. Desmente que haja perseguição política e referiu que para haver obras tem de haver investimentos, prezando os que estão a ser feitos na freguesia da Ratoeira. Deu como bem aplicado o tempo que o Executivo perdeu a fazer as

candidaturas para os Parques Industriais que vão ser construídos neste concelho e que não vê noutros concelhos vizinhos. Aconselha o Senhor Vereador a apresentar os nomes dos queixosos. Disse que esta Autarquia tem as portas sempre abertas para ouvir as queixas dos munícipes e essas pessoas devem dirigir-se aos serviços competentes a fim de apresentarem os seus problemas. Por fim, dirigindo-se ao Senhor Vereador disse que como membro deste executivo também aqui está para ajudar a resolver estas questões. O Senhor Vereador António Silva requer certidão deste assunto. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o Senhor Vereador Victor Santos tinha solicitado uma reunião conjunta com um munícipe, relativamente a uma situação de exploração de suínos, onde estarão também presentes as Técnicas, para a resolução do assunto.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** requer ao Senhor Presidente que lhe seja dada uma listagem donde constem as dívidas da EMCEL, bem como as datas das mesmas. Referiu ainda que de futuro lhe fosse enviada atempadamente a ordem de trabalhos bem como a documentação da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que está a ser reunida toda a documentação e após isso poder-lhe-á dar a informação pretendida. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**PROTOCOLO FORNECIMENTO DE FRUTA.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----  
-----**I - APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DOS DIAS 23/02/2010 e 03/03/2010**-----

-----Foram presentes as actas números cinco e seis, respectivamente, das reuniões ordinárias do Executivo de 23/02/2010 e 03/03/2010, cujos textos foram previamente distribuídos por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Na sequência da acta da reunião do dia 3/3/2010, onde o Senhor Vereador Júlio Santos referiu que a fita do parque de estacionamento já não se encontrava no local, o Senhor Vereador José Luís Cabral afirmou que a fita estava no local e há testemunhas que o Senhor Vereador avançou com o carro e partiu a fita e estacionou. É um abuso de confiança e não dignifica o cargo que ocupa neste órgão. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade.**-----

-----  
-----**II - SECÇÃO DE EXPEDIENTE, TAXAS E LICENÇAS - SECRETARIA**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DE BICICLETAS DE USO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Expediente, Taxas e Licenças, datada de 10/03/2010, remetendo a Proposta de Regulamento Municipal de Utilização de Bicicletas de uso Público da Câmara Municipal de Celorico da Beira, para que o mesmo possa ser submetido à apreciação pública, cumprindo-se assim o disposto no artigo 118.º do Código do Processamento Administrativo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que esta Proposta de Regulamento é *copy paste* da Câmara Municipal de Sousel e infelizmente falta-lhe a questão referente ao seguro. Acha que deveria ser solicitado ao Gabinete Jurídico se é legal este Regulamento não contemplar um seguro de responsabilidade civil. Referiu ainda que só quem não conhecer este Regulamento é que alugará uma bicicleta. Também no Regulamento consta um artigo que condiciona a entrega da bicicleta até às 17h,30m e caso isso não aconteça, será aplicada uma coima. No seu entender esse prazo deveria estender-se pelo período de um dia, porque no Verão as condições climáticas são convidativas a um tempo de lazer mais alargado e por isso as pessoas andam até mais tarde.-----

-----Sobre a alínea d), do artigo 8.º, disse que é um ponto que não entende achando-o ambíguo e que devem ser evitadas estas decisões algo dúbias. O Senhor Vereador referiu-se ainda ao ponto 1, do art.º 13.º (avarias) quanto à parte final do mesmo. O Senhor Vereador dá como um exemplo, um utente que só utilize a bicicleta por um período de três horas, que deveria ser indemnizado pelo restante período que não a utilizou, por isso vai votar contra este Regulamento. -----

-----Em relação ao assunto do seguro, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que para a Câmara ter um seguro de responsabilidade civil era necessário ter equipamento adequado para a prática da modalidade a quem requisitasse uma bicicleta.-----

-----**Nos termos do disposto na alínea a), do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a Proposta de Regulamento Municipal de Utilização de Bicicletas de Uso Público da Câmara Municipal de Celorico da Beira, a fim de ser submetido à apreciação pública.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE MERCADOS E FEIRAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA - ARTIGOS 34.º E 45.º**-----

-----Foi presente informação da Secção de Expediente, Taxas e Licenças, datada de 09/03/2010, remetendo a Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Mercados e Feiras do Município de Celorico da Beira, para que o mesmo possa ser submetido à apreciação pública, cumprindo-se assim o disposto no artigo 118.º do Código do Processamento Administrativo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que face às razões apresentadas, o artigo 34.º deveria ser repensado, pois deveriam ser referidos os locais pontualmente autorizados por esta Câmara Municipal onde seria permitida a venda dos produtos, porque caso contrário, permite que eles sejam vendidos em todos os locais da Vila. Assim pelos motivos expostos, o Senhor Vereador disse que votaria contra esta proposta de alteração.-----

-----**Nos termos do disposto na alínea a), do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Mercados e Feiras do Município de Celorico da Beira – artigos 34.º e 45.º a fim de ser submetido à apreciação pública.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**III - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO - SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----



-----**ASSUNTO: IP2 - TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA (IP5) -  
ADENDA DO PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIO N.º 3**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 08/03/2010, referindo que a Empresa Tabique – Engenharia vem entregar Adenda do Plano de Sinalização Temporária n.º 3, a implementar no C.M. 1101 entre a E.M. 580 e Cortegada. Esta adenda surge na necessidade que a empresa teve em efectuar um desvio adequado, para a circulação de trânsito de veículos pesados pertencentes à empresa de camionagem “Rodoceloricense”, bem como para os moradores locais, para que o troço em causa seja percorrido em condições de maior segurança. Esse Plano de Sinalização foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, informando os condutores utilizadores de que existe um eventual obstáculo; levar cada condutor a alterar o seu comportamento, adequando-o às condições existentes; guiar os condutores na zona afectada; informar os condutores que os condicionalismos levantados pelos trabalhos terminaram.-----

-----O corte do C.M. 1101 entre o entroncamento com a E.M. 580 e a Cortegada será executado através da colocação de perfis móveis de betão de um sinal de trânsito proibido e o desvio complementar será devidamente sinalizado com baias direccionais foto luminescentes e respectivos avisos de desvio. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que o parecer técnico emitido é omissivo quanto à opinião dos Técnicos da Câmara Municipal, sobre a adequabilidade da proposta, e pelo que lhe é dado aperceber-se, depois da leitura feita a esta informação é que irão tomar uma decisão não fundamentada na opinião dos técnicos. Era importante que a fundamentação dos assuntos fosse mais esclarecedora por parte dos técnicos desta Câmara. -----

-----Respondendo a esta questão o Senhor **Presidente da Câmara** disse que conforme os diversos casos que surgem, os técnicos analisam e apresentam o estudo técnico dessas obras.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Plano de Sinalização Temporária n.º 3 a implementar no C.M. 1101 entre a E.M. 580 e Cortegada.**-----

-----**IV - DIVISÃO FINANCEIRA - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: 1.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2010**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, cujos documentos se apensam a esta acta (**anexo I**), submetendo para aprovação a 1.ª Alteração ao Orçamento e GOP's de 2010.-----

-----Informam que a alteração apresentada foi necessária dada a exigência por parte do Tribunal de Contas da existência de cabimento relativo às despesas que irão ocorrer ainda neste ano de 2010, com a amortização de capital do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos afecto ao Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado (PREDE), com um financiamento no montante total de 4.186.555,11€ -----

-----Tomando a palavra o Senhor **Vereador António Silva** fez uma breve explanação sobre o assunto em causa, dizendo que este empréstimo não constava no orçamento de 2010 pelo facto do respectivo contrato não se encontrar no Município dentro do tempo tendo por consequência de se proceder a uma alteração orçamental após o visto do Tribunal de Contas.---

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que se abstinha por dois motivos:-----

-----“1.º: dado o elevado endividamento desta Câmara para com os fornecedores, não vê outra solução para a Câmara honrar os seus

compromissos sem recorrer ao PREDE, motivo porque não poderá votar contra.-----

-----2.º: não poderá votar a favor porque, não foi apresentada qualquer medida para redução de despesa, que possa contribuir para conter o grave desequilíbrio económico-financeiro desta Câmara Municipal”. -----

-----Pelos motivos expostos irá abster-se na votação à 1.ª Alteração ao Orçamento e GOP's. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a 1.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010.** -----

-----**Absteve-se Senhor Vereador Victor Santos.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO NO VALOR DE 1.050.072€**-----

-----Sobre o assunto em referência, foi presente relatório de análise das propostas apresentadas, se apensam a esta acta (**anexo II**), dando conhecimento que dada a existência de um acordo entre o Município de Celorico da Beira e o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana no âmbito do programa “PROHABITA”, que visa a aquisição de fogos para habitação social, houve a necessidade de consultar diversas entidades bancárias tendo em vista a contracção de um empréstimo no valor de 1.050.072€, pelo que foram solicitadas propostas às seguintes entidades bancárias: -----

-----Banco Espírito Santo; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo; Banco BPI, SA; Caixa Geral de Depósitos, SA e Millenium BCP. -----

-----Apresentaram resposta dentro da data limite as instituições: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e Millenium BCP. -----

-----Informa que a proposta mais vantajosa é aquela que possui o spread mais baixo e que não implica o pagamento de comissões, dado implicar

menos custos para o Município. Além disso a tendência actual da Euribor é de subida, pelo que a Euribor a 6 meses implica à partida um menor custo com juros do empréstimo. Tendo em conta estes critérios, considera a proposta mais vantajosa, a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, sugerindo a adjudicação do empréstimo a esta instituição, com juro indexado à Euribor a 6 meses, spread de 1,55% e com prestações mensais de capital e juros. ----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que gostaria que lhe fosse dada uma explicação sobre o que se passa com a C.G.D. uma vez que esta Instituição Bancária, respondendo ao ofício deste Município sobre as condições do empréstimo, diz que não considera oportuno apresentar proposta atendendo à actual situação financeira do Município e ao crescente endividamento verificado ao longo dos últimos anos, em destaque para a situação continuada de incumprimento com valores significativos. ----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que estas situações foram herdadas do passado e que ainda há prestações em atraso relativamente à Pousada e à Variante, mas já têm estado a reassumir os compromissos no que diz respeito a prestações em atraso e esta conjuntura tem vindo a diminuir. -----

-----Continuando a intervenção o Senhor Vereador António Silva disse que está convicto que o PREDE vai regularizar esta situação, porque as dívidas são a empreiteiros e como estas dívidas estão contemplados no Plano de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado é uma garantia deste Município para fazer face às responsabilidades com a C.G.D e disse que estes empréstimos são concedidos mediante declaração da Caixa Geral de Depósitos. -----

-----O Senhor Vereador disse que estão a reequacionar para este Município o regime previsto da Lei das Finanças Locais relativamente ao Saneamento ou Reequilíbrio Financeiro, destinado à resolução respectivamente, de situações de desequilíbrio conjuntural e estrutural ou

de ruptura financeira e que visa estabelecer a saúde financeira do município, optando em princípio, talvez, pelo Reequilíbrio Financeiro.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que neste empréstimo também está o valor do PROHABITA. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que vai votar contra este empréstimo, porque acha que deveriam esperar pelo Reequilíbrio ou pelo Saneamento Financeiro. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que uma coisa é aprovar a consulta e por isso tem havido reuniões no que diz respeito a este processo, seguindo mais tarde para outros organismos como o Ministério das Finanças e Tribunal de Contas solicitando o pedido do visto. Era importante que o PREDE fosse accionado antes destas situações se desenrolarem. Disse também que parte da dívida dos fornecimentos já foi amortizada. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que este empréstimo é necessário porque os utentes esperam por uma habitação há já onze anos. Este é um processo que está a decorrer desde o ano de 2000. A Câmara tem despesas mensais com as pessoas desalojadas na ordem dos três mil euros mensais. E o Senhor Presidente referiu que desde o início do seu mandato já tinham gasto entre 200 e 220 mil euros com os alojamentos, água, luz e outras reparações nas habitações dessas pessoas. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que lamentava a atitude do Senhor Victor Santos de votar contra este empréstimo. É inviabilizar um acordo aprovado e que já vem de trás, de um mandato que o partido a que o Senhor Vereador apoiou. Foram erros graves vindos do passado e que presentemente estão a penalizar este Executivo. -----

-----Quanto à atitude do Senhor Vereador Victor Santos em dizer que não tem gosto em ouvi-lo, só tem a lamentar esta atitude em relação à sua pessoa. As pessoas têm que ter liberdade de expressão e o Senhor Vereador não pensa desta forma. São pessoas idóneas e enquanto ocuparem o seu lugar no executivo, têm que lutar pelo concelho. Disse que devem ser humildes e saberem ouvir os outros e lamenta a atitude do Senhor Vereador, em dizer “vou à casa de banho”. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís** referiu que sobre a Habitação Social, esteve presente no Tribunal de Castelo Branco, porque este, exigiu ao executivo a resolução do problema, ao qual lhes foi dado um período de 30 dias para decisão do caso, porque, a não se verificar essa resolução, seriam accionados todos os mecanismos para a retirada de uma parte da verba do FEF a que esta autarquia tem direito. Esta situação foi criada no mandato do Senhor Vereador Júlio Santos e é a este executivo que cabe a árdua tarefa de tentar arranjar uma solução viável. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** esclareceu que disse relativamente ao Senhor Vereador António Silva “não gosto de o ouvir” porque, sistematicamente o Senhor Vereador António Silva, não responde ao que é questionado, fazendo um grande discurso para o qual o Senhor Vereador Victor Santos não tem paciência para o ouvir. -----

-----Esclareceu ainda que não tendo informação, será normal solicitar os dados, para conhecimento dos assuntos. Ao contrário do que sucede com o Senhor Vereador António Silva, que todos os dias está presente nesta autarquia, estando por isso dentro dos assuntos, ele, só de 15 em 15 dias vem às reuniões de Câmara e por isso necessita de informação adicional para ter conhecimento das causas e a poder tomar decisões. -----

-----Referiu ainda que este executivo nunca criou condições de trabalho para a oposição.-----

-----O Senhor Vereador disse que se iria abster dada a falta de elementos para poder analisar o assunto. -----

-----Tendo em conta o relatório de análise das propostas apresentadas para a contracção de um empréstimo de médio longo prazo, no valor de 1.050.072€, a Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, adjudicar o empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, com juro indexado à Euribor a 6 meses, spread de 1,55% e com prestações mensais de capital e juros.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**V - CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL** -----

-----**ASSUNTO: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL** -----

-----Foi recepcionado um ofício da Câmara Municipal do Funchal, referindo que na sequência da tempestade ocorrida no dia 20 do passado mês de Fevereiro, foram múltiplos os estragos ocorridos num grande número de habitações de várias freguesias do concelho pelo que solicitam materiais de construção civil necessários para a reconstrução dessas habitações. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara**, referiu que dado ser difícil o transporte dos materiais que a Câmara do Funchal necessita para fazer face a todos os que ficaram sem casas ou com elas danificadas, esta Câmara em conjunto com vários organismos, criaram um movimento para angariação de fundos a reverter para a Madeira, são iniciativas de louvar e anunciou que estava marcada uma corrida para o dia 18 de Abril também a favor do arquipélago.-----

-----Mais solicitou que fosse enviado um ofício de solidariedade assinado por todos os elementos que formam este executivo expressando os votos de pesar pelas vítimas causadas pelo temporal, bem como de

encorajamento perante uma realidade dolorosa para os habitantes daquele arquipélago. -----

-----A Câmara deliberou, indeferir o pedido, dado ser difícil o envio de materiais de construção conforme solicita o ofício do Município do Funchal. -----

-----**VI - TURISMO SERRA DA ESTRELA**-----

-----**ASSUNTO: ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA CONFIRMA CRESCIMENTO DE DORMIDAS NA SERRA DA ESTRELA---**

-----Foi recepcionado um Fax datado de cinco de Março do corrente, mencionando que o ora Anuário Estatístico do Ministério da Economia e Turismo de Portugal referente ao ano de 2008 confirma que, as Entidades Regionais de Turismo do Alqueva e da Serra da Estrela são as únicas ERTS que viram crescer o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros em mais de 10%.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**VII - CENTRO DE ALCOÓLICOS RECUPERADOS DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: ENVIO DE PLANO DE ACTIVIDADES 2010 - PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO**-----

-----Foi presente ofício do Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda datado de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e dez, referindo que é uma Instituição cujo papel é muito interventivo ao nível do apoio ao alcoólico e sua família. Nos últimos tempos têm merecido maior atenção por serem cada vez mais os casos que necessitam de ajuda, incorrendo no sentido de centralizar cada vez mais a prevenção na “Instituição Família” por ser, no fundo, a pedra fundamental na recuperação. O acompanhamento do alcoólico às primeiras consultas e posteriormente, nos internamentos, altas e consultas de pós-tratamento, acarretam um aumento



de despesas e nem sempre conseguem fazer-lhes face. Assim vêm pedir uma comparticipação e enviam o Plano de Actividades referente ao ano de 2010. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que na sua opinião têm que tentar cortar nas despesas mas também deve ser apoiado este concelho no que respeita a este flagelo, porque é um concelho onde se verifica a problemática do álcool e por isso deve ser dado todo o apoio necessário a quem dele precise. O Senhor Vereador propunha que fosse atribuído um subsídio, mas em contrapartida, solicitar uma ou duas acções de sensibilização para este concelho. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** é também de opinião que deve ser ajudada a instituição uma vez que a mesma tem feito um excelente trabalho com o nosso concelho. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que existe no seio dos mais jovens grandes problemas de alcoolismo. Disse que no dia da sensibilização, os jovens deveriam estar presentes e deveria constar da agenda cultural estas acções promovidas pelo centro de alcoólicos da Guarda. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade conceder um subsídio no valor de 250 euros. -----

-----**VIII - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO – GTM**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EM CELORICO DA BEIRA GARE** -----

-----Foi presente informação do GTM datada de onze de Março do corrente, referindo que após ter ocorrido um acidente na Estrada Nacional 102, junto ao entroncamento com o Largo dos Caminhos de Ferro, em

Celorico da Beira Gare, deslocaram-se ao local tendo verificado que existe um sinal B8 (cruzamento com via sem prioridade: indicação de cruzamento com via em que os condutores que nela transitem devem ceder passagem), colocado por cima de um sinal I9c (aproximação de passagem de nível). Verificaram também que no entroncamento junto ao Restaurante “Ponto de Encontro”, não existe qualquer sinalização de cedência de passagem (STOP, ou cedência). -----

-----Conforme o referido no n.º7 do artigo 22.º do D.R. n.º 22/98 de 1 de Outubro (Regulamento de Sinalização de Trânsito) que os sinais B3, B8, B9 só podem ser utilizados quando a via em que estão colocados vai cruzar ou entroncar com outra via sinalizada com os sinais B1 (Cedência de Passagem) ou B2 (STOP) vêm comunicar assim sobre a necessidade de ser aprovado e colocado um sinal B2 (STOP), no entroncamento do Largo da Estação dos Caminhos de Ferro e a Estrada Nacional 102. Os serviços informam ainda a falta de sinalização no entroncamento da Rua do Pontão e o Largo dos Caminhos de Ferro, pelo que deverá ser aprovado e colocado um sinal B1 (Cedência de Passagem). -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um sinal B2 (STOP), no entroncamento do Largo da Estação dos Caminhos de Ferro e a Estrada Nacional 102, e de um sinal B1 (Cedência de Passagem) no entroncamento da Rua do Pontão e o Largo dos Caminhos de Ferro, devendo os mesmos serem devidamente registados e cadastrados.** -----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, JUNTO AO TÚNEL EXISTENTE NA ESTRADA VILA BOA DO MONDEGO – BARCO**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia de São Pedro**-----

-----Foi presente informação do GTM datada de onze de Março do corrente, referindo que foi recepcionado um ofício da Junta de Freguesia de

S. Pedro, solicitando a colocação de placas de sinalização de trânsito junto ao túnel existente na Estrada de Vila Boa do Mondego – Barco, que depois de analisado o assunto, o GTM informa que poderão ser colocados dois sinais B2 (STOP) e dois sinais H4 (Via Pública sem Saída). Sendo vias sob a jurisdição desta Câmara Municipal é da competência deste executivo, conforme o n.º1 do artigo 8.º do D.L.n.º 2/98 de 3 de Janeiro deliberar sobre a referida sinalização.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de dois sinais B2 (STOP) e dois sinais H4 (Via Pública sem Saída), junto ao túnel existente na Estrada de Vila Boa do Mondego – Barco.**-----

-----**IX - OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: José António Rodrigues de Sousa**-----

-----Foi presente requerimento n.º199, datado de 11/03/2010, em nome de José António Rodrigues de Sousa, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Carvalheda, freguesia de Mesquitela, inscrito sob o artigo matricial n.º 637, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1997. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Herdeiros de Maria de Lurdes Sena**-----

-----Foi presente requerimento n.º 176, datado de 11/03/2010, em nome de Herdeiros de Maria de Lurdes Sena pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Rua das Lages, freguesia de Santa Maria, inscrito sob o artigo matricial n.º 908, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1951. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2001.-----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que os requerentes se referem foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição dos requerentes.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO FORNECIMENTO DE FRUTA**-----

-----Foi presente proposta de protocolo, a celebrar entre a Câmara Municipal e a Cooperativa Agrícola de Mangualde CRL, para fornecimento de fruta no âmbito do regime de fruta escolar. Esta celebração de protocolo

tem subjacente a aplicação da Portaria n.º 1242/2009 de 12 de Outubro, a qual foi integralmente cumprida. Consultada a APIM (Associação de Protecção Integrada de Montanha) a qual forneceu os contactos das entidades que dispunham de fruta certificada. Das entidades contactadas apenas a Cooperativa Agrícola de Mangualde CRL, apresentou proposta.---

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** quanto ao assunto em questão, referiu se havia algum impedimento legal, para que fosse o comércio de Celorico da Beira a fornecer a fruta às escolas. Disse ainda que por não ter conhecimento dessa lei e pelo facto de não lhe ter sido fornecido elementos suficientes para poder estudar o assunto em causa, iria abster-se.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** focou a portaria referida na informação e disse que com base nessa portaria a autarquia era obrigada a fornecer fruta certificada e como só aquela cooperativa apresentou proposta, não havia outra alternativa de escolha.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, celebrar o Protocolo de Fornecimento de Fruta no Âmbito do Regime de Fruta Escolar.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram doze horas e cinquenta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei.-----